



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÕES EFETUADAS EM 2019-06-07

DELIBERAÇÃO

⇒ [Voto n.º 842/XIII/4.^a](#) (apresentado pelo PAR, PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN) – De pesar pelo falecimento de Agustina Bessa-Luís;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Voto n.º 840/XIII/4.^a](#) (apresentado pelo PAN) – De pesar em evocação das vítimas do massacre de Tiananmen de 1989;

Favor – PSD, PS, BE, CDS-PP, PEV, PAN e Ninsc

Contra – PCP

Aprovado

Abstenção –

⇒ [Voto n.º 843/XIII/4.^a](#) (apresentado pelo CDS-PP) – De pesar em memória das vítimas do massacre de Tiananmen;

Favor – PSD, PS, BE, CDS-PP, PEV, PAN e Ninsc

Contra – PCP

Aprovado

Abstenção –

⇒ [Voto n.º 841/XIII/4.^a](#) (apresentado pelo PS) – De saudação pelo Dia Internacional da Criança;

Aprovado por unanimidade



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

DELIBERAÇÃO

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PS solicitando a baixa à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, sem votação, por um período de 30 dias, da [Proposta de Lei n.º 190/XIII/4.ª \(GOV\)](#) – Cria e regula o funcionamento do Sistema Nacional de Supervisão Financeira;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Proposta de Lei n.º 194/XIII/4.ª \(GOV\)](#) – Altera a Lei Antidopagem no Desporto;

Favor – PS, BE, PCP, PEV, PAN e Ninsc

Contra –

Aprovada

Abstenção – PSD e CDS-PP

Baixa à 12.ª Comissão

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PS solicitando a baixa à Comissão de Defesa Nacional, sem votação, por um período de 30 dias, da [Proposta de Lei n.º 195/XIII/4.ª \(GOV\)](#) – Aprova o estatuto do antigo combatente;

Aprovado por unanimidade



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Proposta de Lei n.º 197/XIII/4.ª \(GOV\)](#) – Assegura a execução na ordem jurídica interna do Regulamento (UE) 2017/2402, que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada;

Favor – PSD, PS e Ninsc

Contra – BE, PCP e PEV

Abstenção – CDS-PP e PAN

Aprovada

Baixa à 5.ª Comissão

⇒ [Proposta de Lei n.º 198/XIII/4.ª \(GOV\)](#) – Autoriza o Governo a estabelecer os requisitos de acesso à profissão da atividade profissional dos marítimos, a definir os critérios de equiparação com outros profissionais do setor do mar e a definir as regras quanto à nacionalidade dos tripulantes a bordo dos navios ou embarcações sujeitos ao regime da atividade profissional dos marítimos;

Favor – PS, PAN e Ninsc

Contra – BE

Abstenção – PSD, CDS-PP, PCP e PEV

Aprovada

VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE

⇒ **Votação da proposta de alteração, apresentada pelo PCP, do artigo 2.º da Proposta de Lei**

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PS

Abstenção – PSD, CDS-PP e Ninsc

Rejeitada



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE, E FINAL GLOBAL

⇒ [Proposta de Lei n.º 198/XIII/4.ª \(GOV\)](#) – Autoriza o Governo a estabelecer os requisitos de acesso à profissão da atividade profissional dos marítimos, a definir os critérios de equiparação com outros profissionais do setor do mar e a definir as regras quanto à nacionalidade dos tripulantes a bordo dos navios ou embarcações sujeitos ao regime da atividade profissional dos marítimos;

Favor – PS, PAN e Ninsc

Contra – BE

Abstenção – PSD, CDS-PP, PCP e PEV

Aprovada

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Proposta de Lei n.º 191/XIII/4.ª \(GOV\)](#) – Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1981 e 1985;

Favor – PSD, PS, BE, PCP, PEV, PAN e Ninsc

Contra –

Abstenção – CDS-PP

Aprovada

Baixa à 1.ª Comissão

DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2185/XIII/4.ª \(PAR\)](#) – Consagra o dia 17 de junho como Dia Nacional em Memória das Vítimas dos Incêndios Florestais;

Aprovado por unanimidade



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1844/XIII/4.ª \(BE\)](#) – Recomenda o fim da concessão à Fertagus da exploração do serviço ferroviário no Eixo Norte-Sul e sua integração no serviço de transportes suburbanos da CP;

Favor – BE, PCP e PEV

Contra – PSD, PS, CDS-PP e Ninsc

Abstenção – PAN

Rejeitado

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1855/XIII/4.ª \(PEV\)](#) – Integração do serviço ferroviário Lisboa/Setúbal na CP, após o fim da concessão desse serviço à Fertagus em 2019;

Favor – BE, PCP e PEV

Contra – PSD, PS, CDS-PP e Ninsc

Abstenção – PAN

Rejeitado

DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2048/XIII/4.ª \(PSD\)](#) – Proteção das atividades desenvolvidas pelas federações desportivas;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1631/XIII/3.ª \(PSD\)](#) – Recomenda a implementação e a concretização urgente de uma renovação tecnológica no Centro Regional da RTP-Madeira;

Favor – PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – Ninsc

Aprovado



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1422/XIII/3.ª \(PSD\)](#) – Recomenda ao Governo que reforce a proteção dos cidadãos adquirentes de imóveis em caso de insolvência judicialmente declarada das empresas e empresários em nome individual que exerçam atividade na área da construção civil ou de insuficiência económica da pessoa responsável pela reparação de defeitos ocorridos em edifícios;

Favor – PSD, CDS-PP, PAN, Ninsc e 1 Deputado do PS

Contra –

Aprovado

Abstenção – PS, BE, PCP e PEV

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2155/XIII/4.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que declare o estado de emergência climática e se comprometa com ações necessárias e firmes para alcançar a neutralidade carbónica;

• **Ponto 1**

Favor – PSD, BE, PEV, PAN e Ninsc

Contra – PS

Aprovado

Abstenção – CDS-PP e PCP

• **Ponto 2**

Favor – BE, PEV, PAN e Ninsc

Contra – PS

Rejeitado

Abstenção – PSD, CDS-PP e PCP



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

• **Ponto 3**

Favor – BE, PEV, PAN e Ninsc

Contra – PS

Abstenção – PSD, CDS-PP e PCP

Rejeitado

• **Ponto 4**

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV, PAN e Ninsc

Contra – PS

Abstenção –

Aprovado

• **Ponto 5**

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV, PAN e Ninsc

Contra – PS

Abstenção –

Aprovado

Baixa à 11.ª Comissão

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2160/XIII/4.ª \(BE\)](#) – Recomenda ao Governo a Declaração do Estado de Urgência Climática;

• **Ponto 1**

Favor – PSD, BE, PEV, PAN e Ninsc

Contra – PS

Abstenção – CDS-PP e PCP

Aprovado



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTACÃO NA GENERALIDADE

• **Ponto 2**

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV, PAN e Ninsc

Contra – PS

Aprovado

Abstenção –

• **Ponto 3**

Favor – BE, PEV e PAN

Contra – PS e Ninsc

Rejeitado

Abstenção – PSD, CDS-PP e PCP

• **Ponto 4**

Favor – PSD, BE, PEV, PAN e Ninsc

Contra – PS

Aprovado

Abstenção – CDS-PP e PCP

Baixa à 11.ª Comissão

VOTACÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias** relativo à [Proposta de Lei n.º 175/XIII/4.ª \(GOV\)](#) – Autoriza o Governo a aprovar um regime jurídico do exercício da atividade de segurança privada armada a bordo de navios que arvoem bandeira portuguesa e que atravessem áreas de alto risco de pirataria;

Favor –

Contra – PCP e PEV

Aprovado

Abstenção – BE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Lei n.º 153/XIII/1.ª \(BE\)](#) - Altera o Estatuto dos Deputados tornando obrigatório o Regime de Exclusividade dos Deputados à Assembleia da República;

Favor – BE,

Contra – PSD, PS, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Rejeitado

Abstenção – Ninsc

⇒ ***[Texto de Substituição](#)** apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** sobre a décima segunda alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março (Estatuto dos Deputados) relativo aos [Projetos de Lei n.ºs 141/XIII/1.ª \(PCP\)](#) – 12.ª alteração ao Estatuto dos Deputados; [150/XIII/1.ª \(PS\)](#) - Reforça as regras de transparência e rigor no exercício de cargos políticos e altos cargos públicos e de controlo dos acréscimos patrimoniais injustificados; [152/XIII/1.ª \(BE\)](#) - Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos; [153/XIII/1.ª \(BE\)](#) - Altera o Estatuto dos Deputados tornando obrigatório o Regime de Exclusividade dos Deputados à Assembleia da República; [218/XIII/1.ª \(PSD\)](#) - 12ª Alteração ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março; e [226/XIII/1.ª \(CDS-PP\)](#) - Reforça a transparência do exercício de Cargos Políticos e de Altos Cargos Públicos;

Favor – PSD, PS, PCP, PEV, PAN e Ninsc

Contra – CDS-PP

Aprovado

Abstenção – BE e 1 Deputado do PS

*O PSD, PS, BE, PCP e CDS-PP retiraram as suas iniciativas a favor do texto de substituição.



DELIBERAÇÃO

- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade dos artigos 20.º, 21.º, 26.º e 27.º-A, do [Texto de Substituição](#) apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** sobre a décima segunda alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março (estatuto dos deputados);
- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PCP, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade dos artigos 20.º e 27.º-A, do [Texto de Substituição](#) apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** sobre a décima segunda alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março (Estatuto dos Deputados);
- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo CDS-PP, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade dos artigos 20.º e 27.º-A do [Texto de Substituição](#) apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** sobre a décima segunda alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março (Estatuto dos Deputados);

Aprovados por unanimidade

(Ver Guião Suplementar)



VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE

⇒ **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** sobre a **décima segunda alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março (estatuto dos deputados)** relativo aos **Projetos de Lei n.ºs 141/XIII/1.ª (PCP)** – 12.ª alteração ao Estatuto dos Deputados; **150/XIII/1.ª (PS)** - Reforça as regras de transparência e rigor no exercício de cargos políticos e altos cargos públicos e de controlo dos acréscimos patrimoniais injustificados; **152/XIII/1.ª (BE)** - Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos; **153/XIII/1.ª (BE)** - Altera o Estatuto dos Deputados tornando obrigatório o Regime de Exclusividade dos Deputados à Assembleia da República; **218/XIII/1.ª (PSD)** - 12ª Alteração ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março; e **226/XIII/1.ª (CDS-PP)** - Reforça a transparência do exercício de Cargos Políticos e de Altos Cargos Públicos;

⇒ **Votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão**

Aprovada por unanimidade



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ Texto de Substituição apresentado pela Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas sobre a décima segunda alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março (estatuto dos Deputados) relativo aos Projetos de Lei n.ºs 141/XIII/1.ª (PCP) – 12.ª alteração ao Estatuto dos Deputados; 150/XIII/1.ª (PS) - Reforça as regras de transparência e rigor no exercício de cargos políticos e altos cargos públicos e de controlo dos acréscimos patrimoniais injustificados; 152/XIII/1.ª (BE) - Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos; 153/XIII/1.ª (BE) - Altera o Estatuto dos Deputados tornando obrigatório o Regime de Exclusividade dos Deputados à Assembleia da República; 218/XIII/1.ª (PSD) - 12ª Alteração ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março; e 226/XIII/1.ª (CDS-PP) - Reforça a transparência do exercício de Cargos Políticos e de Altos Cargos Públicos;

Favor – PS, BE, PCP, PEV, PAN e Ninsc

Contra – CDS-PP

Abstenção – PSD e 1 Deputado do PS

Aprovado



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒***Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** que “aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos” relativo aos **Projetos de Lei n.ºs 142/XIII/1.ª (PCP)** - Altera o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (8.ª alteração à Lei n.º 64/93, de 26 de agosto); **150/XIII/1.ª (PS)** - Reforça as regras de transparência e rigor no exercício de cargos políticos e altos cargos públicos e de controlo dos acréscimos patrimoniais injustificados; **152/XIII/1.ª (BE)** - Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos; **157/XIII/1.ª (BE)** - Transparência dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos; **160/XIII/1.ª (BE)** - Combate o enriquecimento injustificado; **219/XIII/1.ª (PSD)** - 9ª Alteração ao Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, aprovado pela Lei n.º 64/93, de 26 de agosto; **220/XIII/1.ª (PSD)** - 6ª Alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de abril (Controle Público da Riqueza dos Titulares de Cargos Políticos); **221/XIII/1.ª (PCP)** - Enriquecimento Injustificado, 35.ª alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, 4.ª alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho e 6.ª alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de abril; e **226/XIII/1.ª (CDS-PP)** - Reforça a transparência do exercício de Cargos Políticos e de Altos Cargos Públicos;

Favor – PSD, PS, CDS-PP, PCP, PEV, PAN e Ninsc

Contra –

Aprovado

Abstenção – BE e 1 Deputado do PS

*O PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP retiraram as suas iniciativas a favor do texto de substituição.



DELIBERAÇÃO

- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PSD, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do artigo 16.º, do **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** que “Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos”;
- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo Deputado Ninsc e alguns Deputados do BE, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do artigo 25.º (Norma transitória), do **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** que “Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos”;
- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade dos artigos 13.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 20.º e 21.º do **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** que “Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos”;



DELIBERAÇÃO

- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PCP, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade dos artigos 19.º, 20.º e 21.º do **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** que “Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos”;
- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo CDS-PP, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade dos artigos 9.º, 10.º, 16.º, 17.º, 18.º e 20.º do **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** que “Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos”;
- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo BE, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade dos artigos 6.º, 9.º e 16.º do **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** que “Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos”;

Aprovados por unanimidade

(Ver Guião Suplementar)



VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE

⇒ Texto de Substituição apresentado pela Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas que “aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos” relativo aos Projetos de Lei n.ºs 142/XIII/1.ª (PCP) - Altera o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (8.ª alteração à Lei n.º 64/93, de 26 de agosto); 150/XIII/1.ª (PS) - Reforça as regras de transparência e rigor no exercício de cargos políticos e altos cargos públicos e de controlo dos acréscimos patrimoniais injustificados; 152/XIII/1.ª (BE) - Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos; 157/XIII/1.ª (BE) - Transparência dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos; 160/XIII/1.ª (BE) - Combate o enriquecimento injustificado; 219/XIII/1.ª (PSD) - 9ª Alteração ao Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, aprovado pela Lei n.º 64/93, de 26 de agosto; 220/XIII/1.ª (PSD) - 6ª Alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de abril (Controle Público da Riqueza dos Titulares de Cargos Políticos); 221/XIII/1.ª (PCP) - Enriquecimento Injustificado, 35.ª alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, 4.ª alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho e 6.ª alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de abril; e 226/XIII/1.ª (CDS-PP) - Reforça a transparência do exercício de Cargos Políticos e de Altos Cargos Públicos;

⇒ **Votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão**

Aprovada por unanimidade



VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** que “aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos” relativo aos Projetos de [Lei n.ºs 142/XIII/1.ª \(PCP\)](#) - Altera o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (8.ª alteração à Lei n.º 64/93, de 26 de agosto); [150/XIII/1.ª \(PS\)](#) - Reforça as regras de transparência e rigor no exercício de cargos políticos e altos cargos públicos e de controlo dos acréscimos patrimoniais injustificados; [152/XIII/1.ª \(BE\)](#) - Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos; [157/XIII/1.ª \(BE\)](#) - Transparência dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos; [160/XIII/1.ª \(BE\)](#) - Combate o enriquecimento injustificado; [219/XIII/1.ª \(PSD\)](#) - 9ª Alteração ao Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, aprovado pela Lei n.º 64/93, de 26 de agosto; [220/XIII/1.ª \(PSD\)](#) - 6ª Alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de abril (Controle Público da Riqueza dos Titulares de Cargos Políticos); [221/XIII/1.ª \(PCP\)](#) - Enriquecimento Injustificado, 35.ª alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, 4.ª alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho e 6.ª alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de abril; e [226/XIII/1.ª \(CDS-PP\)](#) - Reforça a transparência do exercício de Cargos Políticos e de Altos Cargos Públicos;

Favor – PSD, PS, BE, PCP, PEV e Ninsc

Contra – CDS-PP

Aprovado

Abstenção – PAN e 1 Deputado do PS



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒***Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** que “Aprova as regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República” relativo aos **Projetos de Lei n.ºs 225/XIII/1.ª (CDS-PP)** - Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses ("LOBBYING"); **734/XIII/3.ª (PS)** - Aprova o regime da atividade profissional de mediação na representação de interesses; **735/XIII/3.ª (PS)** - Aprova o regime de registo de entidades privadas que realizam representação de interesses; e **1053/XIII/4.ª (PSD)** - Regulamentação do Lobbying;

Favor – PS, CDS-PP e 1 Deputada do PSD

Contra – BE, PCP, PEV, Ninsc e 1 Deputado do PS

Aprovado

Abstenção – PSD e PAN

*O PSD, PS e CDS-PP retiraram as suas iniciativas a favor do texto de substituição.

DELIBERAÇÃO

⇒**Requerimento**, apresentado pelo CDS-PP, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do artigo 5.º, do **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** que “Aprova as regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República”

Aprovado por unanimidade

(Ver Guião Suplementar)



VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE

⇒ **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** que “aprova as regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República” relativo aos **Projetos de Lei n.ºs 225/XIII/1.ª (CDS-PP)** - Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses ("LOBBYING"); **734/XIII/3.ª (PS)** - Aprova o regime da atividade profissional de mediação na representação de interesses; **735/XIII/3.ª (PS)** - Aprova o regime de registo de entidades privadas que realizam representação de interesses; e **1053/XIII/4.ª (PSD)** - Regulamentação do Lobbying;

⇒ **Votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão**

Aprovada por unanimidade



VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas** que “aprova as regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República” relativo aos [Projetos de Lei n.ºs 225/XIII/1.ª \(CDS-PP\)](#) - Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses ("LOBBYING"); [734/XIII/3.ª \(PS\)](#) - Aprova o regime da atividade profissional de mediação na representação de interesses; [735/XIII/3.ª \(PS\)](#) - Aprova o regime de registo de entidades privadas que realizam representação de interesses; e [1053/XIII/4.ª \(PSD\)](#) - Regulamentação do Lobbying.

Favor – PS e CDS-PP

Contra – BE, PCP, PEV, PAN e Ninsc

Aprovado

Abstenção – PSD e 1 Deputado do PS

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Trabalho e Segurança Social** relativo aos [Projetos de Lei n.ºs 895/XIII/3.ª \(BE\)](#) – Reconhece e regulamenta a profissão de criminólogo(a); e [1054/XIII/4.ª \(CDS-PP\)](#) - Aprova o regime do exercício profissional dos criminólogos;

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV, PAN e Ninsc

Contra –

Aprovado

Abstenção – PS



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒***Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto** relativo aos [Projetos de Lei n.ºs 165/XIII/1.ª \(PS\)](#) - Procede à 1.ª alteração da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, modificando o regime jurídico do associativismo jovem; [483/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Procede à 1.ª alteração da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, modificando o regime jurídico do associativismo jovem; [488/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Altera o Regime Jurídico do Associativismo Jovem (primeira alteração à Lei n.º 23/2006, de 23 de junho); [492/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Pela criação de um Plano Nacional de Incentivo ao Associativismo Estudantil e implementação de medidas de apoio e isenção de custos na constituição e reconhecimento de associações juvenis; e à [Proposta de Lei n.º 133/XIII/3.ª \(GOV\)](#) - Altera o regime jurídico do associativismo jovem;

Favor – PSD, PS, BE, PCP, PEV, PAN e Ninsc

Contra –

Abstenção – CDS-PP

Aprovado

*Os autores retiraram as suas iniciativas a favor do texto de substituição.



VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE

⇒ **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto** relativo aos [Projetos de Lei n.ºs 165/XIII/1.ª \(PS\)](#) - Procede à 1.ª alteração da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, modificando o regime jurídico do associativismo jovem; [483/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Procede à 1.ª alteração da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, modificando o regime jurídico do associativismo jovem; [488/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Altera o Regime Jurídico do Associativismo Jovem (primeira alteração à Lei n.º 23/2006, de 23 de junho); [492/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Pela criação de um Plano Nacional de Incentivo ao Associativismo Estudantil e implementação de medidas de apoio e isenção de custos na constituição e reconhecimento de associações juvenis; e à [Proposta de Lei n.º 133/XIII/3.ª \(GOV\)](#) - Altera o regime jurídico do associativismo jovem;

⇒ **Votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão**

Aprovada por unanimidade



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto** relativo aos [Projetos de Lei n.ºs 165/XIII/1.ª \(PS\)](#) - Procede à 1.ª alteração da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, modificando o regime jurídico do associativismo jovem; [483/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Procede à 1.ª alteração da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, modificando o regime jurídico do associativismo jovem; [488/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Altera o Regime Jurídico do Associativismo Jovem (primeira alteração à Lei n.º 23/2006, de 23 de junho); [492/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Pela criação de um Plano Nacional de Incentivo ao Associativismo Estudantil e implementação de medidas de apoio e isenção de custos na constituição e reconhecimento de associações juvenis; e à [Proposta de Lei n.º 133/XIII/3.ª \(GOV\)](#) - Altera o regime jurídico do associativismo jovem;

Favor – PSD, PS, BE, PCP, PEV, PAN e Ninsc

Contra –

Abstenção – CDS-PP

Aprovado

⇒ Votação do **Parecer da Subcomissão de Ética da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias**: Ofício n.º 32/SE/2019.